

Arremate

■ **Autódromo** – A Agetop informa que o alagamento no túnel de acesso aos boxes, mostrado aqui, se deve a detritos da reforma. Nesta semana vai tentar desobstruir mas uma vez sem quebrar a canalização.

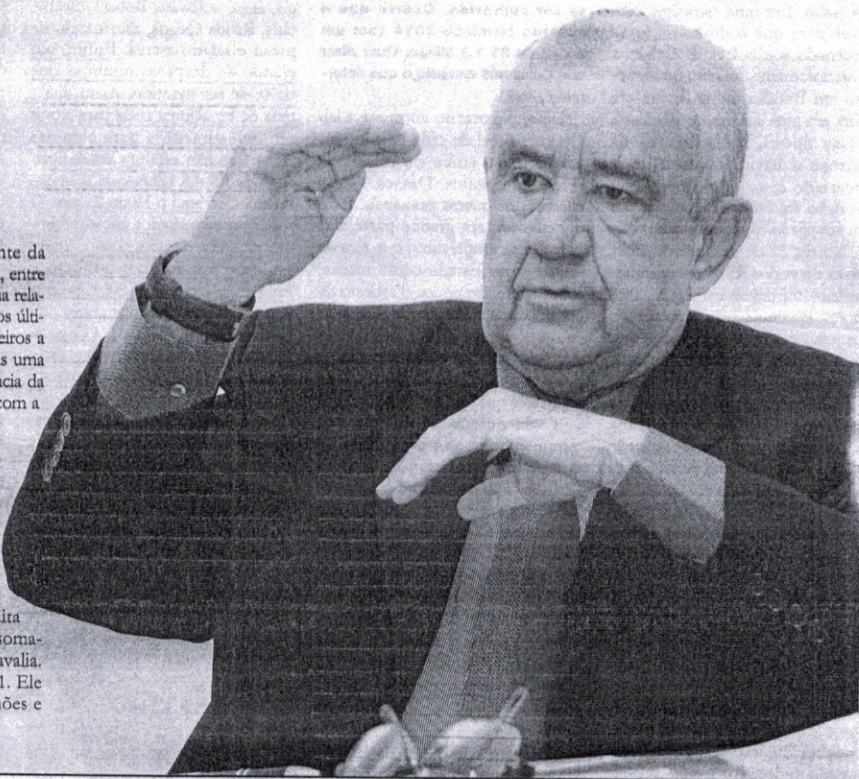
“A Sefaz tem alternativas para fazer a receita do Estado continuar a crescer”

Ex-comandante da Fazenda dá “caminho das pedras” à sucessora Ana Carla Abrão ao ganhar missão de presidir a Saneago, onde pretende equalizar arrecadação e dar impulso à preservação de mananciais

Ex-presidente do Ipasgo, ex-liquidante da Caixa, ex-presidente da GoiásFomento, ex-secretário da Fazenda e ex-presidente do Detran, entre outras funções. Não é à toa que José Taveira fala com orgulho de sua relação com Marconi Perillo. E não é à toa que ele progrediu de um dos últimos nomes a serem escolhidos em seu primeiro mandato para um dos primeiros a serem lembrados e consultados para este quarto governo do tucano. Em mais uma missão desafiadora a que o governador o destina, ele agora encara a presidência da Saneago, em meio ao desenrolar de uma crise hídrica que deve se prolongar, com a possibilidade não remota de se tornar crônica no País.

Ele descarta a possibilidade de que ocorra desabastecimento ou algo parecido em Goiás, embora ressalte que há situações preocupantes em vários municípios, “onde a Saneago vai buscar soluções”. Para a região metropolitana, a situação é menos preocupante, diz Taveira. “Mas vamos buscar preservar os mananciais que temos e recuperar o que está degradado, de modo que possamos utilizar no futuro, caso necessário.”

Nesta entrevista ao *Jornal Opção*, ele fala também de suas passagens por diversos postos na gestão e de como conseguiu tornar simples o que parecia complicado. “São temas apaixonantes. Eu vivi com muita intensidade as missões difíceis confiadas pelo governador Marconi. Se somadas, é possível ver que já há muito tempo e muito trabalho realizado”, avalia. Um deles, bem memorável, foi na recuperação do Ipasgo a partir de 2011. Ele pegou o instituto dos servidores com um rombo superior a R\$ 400 milhões e o deixou, 17 meses depois, com um superávit de R\$ 38 milhões.



Euler de França Belém – Entre as muitas missões que o sr. teve na gestão pública, uma ficou especialmente marcada: a recuperação do Ipasgo, que tinha um rombo de mais de R\$ 400 milhões. Como foi possível isso?

Por incrível que pareça, foi muito simples. Vamos falar primeiramente dos números que encontramos ao assumir o Ipasgo, em 2011. Tínhamos uma dívida de R\$ 416 milhões, com gastos mensais de R\$ 72 milhões e uma receita mensal de R\$ 60 milhões. Ou seja, um rombo de quase meio milhão e que crescia mais R\$ 12 milhões a cada 30 dias.

Longo ao chegar, peguei uma folha de papel A4 e a risquei ao meio, na vertical. De um lado colocaria o passivo e, do outro, o ativo. Então, selecionei os integrantes dos Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul, além do Brasil) e mais uma meia dúzia de países emergentes, com base nos dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Pedi à secretária que me resolvesse um primeiro problema: eu queria a média de tempo de internação de um paciente mundo afora. A média de internação era de dois dias e o custo, de R\$ 1,7 mil por diária. Guardamos esses dados do lado esquerdo do papel. O segundo problema foi achar o número de consultas convencionais, chamadas eletivas, que

cada paciente nesses países fazia por ano. A média no mundo deu quatro consultas anualmente. Outro dado: o mesmo paciente, depois de se consultar, faz quantos exames? Quantos pedidos faz o médico para ele?

Então, fomos analisar só como estava a situação do Ipasgo. Minha secretária, que tinha gastado uma semana na primeira parte, precisou só de um dia para ver o caso do Ipasgo. Para ficar só na questão da UTI, a média nos países emergentes era de duas diárias [dois dias de internação] e R\$ 1,7 mil por diária. No Ipasgo, oito diárias e R\$ 2,3 mil por diária, em média. A conta da diferença, então, era a seguinte: R\$ 2,3 mil vezes seis [número de diárias a mais do que a média nos países pesquisados] mais R\$ 1,2 mil, que era o que passava a mais em relação à diferença das duas diárias restantes. O total: R\$ 15 mil. Multiplicando-se por 30 dias – o mês civil – dava R\$ 450 mil. Por fim, pegamos esse valor e novamente multiplicamos, por 1.369 vagas disponibilizadas.

Sobre consultas eletivas, a média no Ipasgo era de 11 por ano, por paciente. Para ter ideia do decalibro, apenas um laboratório registrou 171 exames em um cidadão. Isso em um só dia! Suspendemos esse laboratório por 90 dias e sofremos muita pressão do mundo político e social por causa disso. Mesmo

assim, mantivemos. Mas, o mais importante, descobrimos o furo e o tamanho do furo. Chamei o departamento financeiro e o jurídico, apresentando os dados do superfaturamento. Decidi que iríamos fazer uma resolução para regulamentar as quantidades de consultas e exames. Falaram-me que era impraticável, porque seria uma medida unilateral e que seria preciso primeiramente uma ação administrativa para, então, impor a seguir uma ação jurídica.

Eu tinha um diretor, amigo meu, que chamei para ir para minha fazenda, para revisar umas resoluções que eu pretendia fazer. Uma delas era criando uma auditoria médica vinculada à presidência do Ipasgo. Chamei outro médico, também amigo, para que convocasse alguns colegas, dos mais minuciosos, para integrar essa comissão de auditoria. Estabelecemos os quantitativos possíveis, com base no dobro da média obtida com a busca na OMS. Passamos a admitir oito consultas anuais – a média mundial era de quatro diárias – e quatro diárias na UTI, com R\$ 2 mil de custo diário – média mundial de duas e R\$ 1,2 mil. Tudo o que passasse desses números seria preciso justificar perante a auditoria ligada à presidência, precisaria ter autorização prévia.

O que aconteceu? O que eram R\$ 60 milhões de receita eu elevei

para R\$ 70 milhões, com a contribuição dos agregados; e o que eram R\$ 72 milhões de despesas eu reduzi para R\$ 51 milhões. Então, ganhei R\$ 21 milhões do lado do passivo e R\$ 10 milhões do lado do ativo. Ao fim, R\$ 31 milhões, que, multiplicados por 17 – o número de meses que fiquei à frente do Ipasgo –, deu o total de R\$ 526 milhões. O Ipasgo devia R\$ 416 milhões quando eu entrei. Paguei tudo e deixei uns R\$ 38 milhões no caixa e fui, então, para o Detran.

Elder Dias – E como foi a aplicação do que tinha de ser feito?

Marconi me convidou para o Ipasgo e eu disse que havia outros nomes. Apresentei-lhe uma lista de ótimas pessoas. E ele concordou, mas falou que precisava de alguém bom de gestão, sim, mas também com coragem para mudar a situação do instituto. Eu me senti lisonjeado com isso naquele momento. E, então, naquele momento da constatação do quadro, senti que era hora de mostrá-lo.

O prédio do Ipasgo é um tanto suntuoso e a sala da presidência é grande. Falei para tirarem os sofás e trocar por cadeiras para o dia seguinte. Pedi para chamar todos os donos de hospital e responsáveis por UTIs. Ao todo, 182 pessoas estiveram ali naquela sala, naquele dia. Eu disse:

“Chamei os senhores aqui para verem o seguinte quadro”, e solicitei à secretária que expusesse no projetor o quadro da situação encontrada. Quando ela passou aquilo que tínhamos feito no papel A4, só se via sujeito se afundando na cadeira. A seguir, projetamos as medidas a serem tomadas. Ao fim, perguntei: “Alguém tem alguma coisa contra?” O quadro de perplexidade e silêncio absurdo continuou.

Apresentei então quem seriam os auditores ligados à presidência do Ipasgo, profissionais muito conhecidos de todos os presentes. O silêncio continuava. Então, um senhor, do canto, perguntou: “Taveira, quero formular uma pergunta, mas antes queria dizer que essa pergunta é de brincadeira: se alguém, por exemplo eu, disser que não aceita essa norma porque ela é unilateral, o que o senhor fará comigo?”. Eu respondi: “Ainda hoje eu lhe descredencio do Ipasgo e vamos então brigar na Justiça”. Ele caminhou até mim e disse: “Você não se lembra de mim, mas nós fomos colegas no Lyceu de Goiânia. E você continua o Taveirão do Lyceu.” E me deu um abraço. Quando ele estava me abraçando, eu vislumbrei a cena de dezembro de 2010, meses antes, com o governador Marconi me dizendo, “os nomes são bons, mas é preciso ter coragem”.

Licitação

O Estádio Serra Dourada realiza no dia 23, às 9h, licitação para abertura de 16 bares no local. O processo que será uma espécie de leilão ocorrerá na sede da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop). Não é necessário apresentar proposta antes.

Euler de França Belém - O sr. também foi o homem de Marconi Perillo no caso Caixaço. Quem foi realmente que devolveu os R\$ 5 milhões que teriam sido desviados (um depósito em espécie feito em Brasília)?

Isso é um mistério. No âmbito jurídico, fizemos uma ação muito forte, no sentido de penhorar o patrimônio dos envolvidos e deixá-los um tanto manietados no seguimento da vida. Penhoramos salários, retiradas em sociedades e coisas assim. Era uma estratégia para fazer com que o dinheiro fosse retornado aos cofres da Caixaço. Misteriosamente, foi feito um depósito em Brasília, numa conta em meu juízo, em uma agência do Bradesco. Nessa época, a liquidação da Caixaço já havia praticamente se encerrado e, ao que consta, esse depósito foi feito em espécie, por advogado cujo nome não sei.

No dia 21 de outubro de 1998, foram desviados R\$ 5 milhões. Esse dinheiro foi devolvido alguns anos depois. Eu entrei com uma petição em juízo pedindo que, sobre esse valor, fossem aferidos os juros, já que qualquer cidadão que tomasse um financiamento nesse período estaria passível de pagar esses juros. Também não sei nem o resultado dessa petição específica nem do processo como um todo, já que, em um determinado momento, os acusados conseguiram que tudo saísse da órbita da Justiça Federal e fosse transferido para a Justiça estadual.

Em 2007, encerramos oficialmente a liquidação da Caixaço. Realizamos todos os ativos, pagamos todos os passivos e remanesceram R\$ 687 milhões. Portanto, os ativos da Caixaço eram maiores do que o passivo, o que demonstra de maneira clara, inequívoca e cristalina que a liquidação era uma questão de fato, e não técnica. A lei diz que a obrigação do liquidante é realizar os ativos e pagar os passivos. Normalmente, ele faz isso, mas não consegue pagar todos os passivos com todo o dinheiro do ativo. Então, constata-se que a empresa realmente encontrava em estado falimentar. No caso da Caixaço, foi o contrário: realizamos todos os ativos, pagamos os passivos e sobraram R\$ 687 milhões, que então transferimos ao Tesouro estadual, já que era uma empresa pública e não uma S.A. sociedade anônima].

Vou repassar uns dados para que vocês tenham noção do que eram esses R\$ 687 milhões. A arrecadação do Estado oscilava entre R\$ 135 milhões e R\$ 140 milhões mensais. Ou seja, 687 divididos por 140 dá mais ou menos 4,9. Ou seja, cinco meses de arrecadação. Deixei a Secretaria da Fazenda em dezembro de 2014, arrecadando então mais de R\$ 1,1 bilhão ao mês. Isso, vezes cinco, seria como alguém chegar ao Tesouro do Estado e entregasse um cheque de R\$ 5,5 bilhões com o dinheiro da Caixaço. Faço isso para que vocês possam parametrizar os valores para ter uma noção do que seria aquele montante hoje. Então, a Caixaço fosse liquidada hoje, o valor seria de R\$ 5,5 bilhões maior do que o passivo, o que deixa claro em minha opinião e na dos números — que a liquidação do banco foi política e não técnica.

Euler de França Belém - Mas qual seria o motivo político para que a Caixaço entrasse em liquidação?

Parece-me que, à época, em 1989, isso teria sido porque o então governador Henrique Santillo (PMDB) declarou voto ao candidato Lula (PT) contra Fernando Collor [então no PRN]. Ou seja, foi uma espécie de vingança política.

Euler de França Belém - A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) precisa ser cumprida. Ocorre que o governo terminou 2014 com um déficit de R\$ 1,3 bilhão. Quer dizer que Goiás não cumpriu o que determina a lei?

Não, o governo cumpriu a lei. O ajuste fiscal de cada Estado tem vários itens, cinco ou seis, para serem cumpridos. Desses, Goiás cumpriu os quatro principais. Esse déficit vem, em grande parte, das parcelas de empréstimo que têm de ingressar no Estado como receita, o que altera um pouco o aspecto da entrada pura e simples da arrecadação em relação à saída das despesas. A correlação acaba alterada. A Sefaz tem condição técnica de explicar o que houve.

Cada gestor público, a seu tempo e hora, tem uma missão a cumprir. A missão de Simão Cirineu, que assumiu a Sefaz em 2011, era realizar um ajuste fiscal severo no Estado para propiciar margens à obtenção de financiamentos volumosos. Precisávamos acudir a infraestrutura de Goiás, que estava bem dilacerada. Simão, brilhantemente, promoveu esse ajuste e criou as margens, contraindo R\$ 4,5 bilhões de financiamentos, no Banco do Brasil, no BNDES e na Caixa Econômica Federal, para financiar a recuperação da estrutura com foco na malha rodoviária.

Fora isso, tem o empréstimo da Celg, com destinação específica e faz totalizar R\$ 7,7 bilhões que o Estado contraiu no período governamental de 2011 a 2014. Neste mesmo período o Estado pagou R\$ 10,4 bilhões de juro da dívida. Ou seja, pagou R\$ 3 bilhões a mais de serviço da dívida do que aquilo que ingressou em seu caixa. Os R\$ 4,5 bilhões foram desembolsados pelos agentes financiadores e integraram o caixa da Sefaz. A medida que as obras ficavam prontas, a Agetop solicitava o desembolso e o repassava à agência. Desses 4,5 bilhões, remanesceram R\$ 1 bilhão para ser aplicado agora em 2015 somando-se os três financiamentos. Neste interím, de 2011 a 2013, as despesas do Estado foram crescendo. Primeiramente, pela própria transferência do serviço de saúde às OSs. Em segundo lugar, as reivindicações imensas dos servidores públicos, que redundaram na concessão de aumentos e afetaram substancialmente, mês a mês, o valor da folha. Outra questão foi o ingresso no serviço da dívida desses R\$ 7,7 bilhões — contanto o que entrou e saiu para a Celg. Essa prestação começou a ter seus vencimentos, suas amortizações, o que reflete nas despesas.

Simão Cirineu estava com problemas para enfrentar o pagamento, principalmente da folha e respectivos encargos, dos serviços da dívida e da manutenção do Estado, de uma

maneira geral. Desta forma, o que se tinha a fazer era tentar aumentar a arrecadação. Quando cheguei à Sefaz, em setembro de 2013, a arrecadação era de R\$ 900 milhões por mês; quando, na verdade, em dezembro de 2014, já era de R\$ 1,3 bilhão. Mas isso não era suficiente, porque, além desses três itens — que se tornaram muito pesados —, teríamos acrescentar o mínimo para manter o funcionamento do Estado, em despesas como combustível, vigilância, energia, água, software, Bolsa Universitária, Renda Cidadã, alimentação de preso e salário-escola. Enfim, um elenco de despesas mínimas que tinha de ser mantido. Além disso, teria de ter alguma coisa para alocar em investimentos para algumas obras que não estavam contempladas nos R\$ 4,5 bilhões de financiamento. Cito aqui o Hugo 2, com 71 mil metros quadrados construídos — um alqueire e meio, como diriam goianos e mineiros; também o Hugo de Uruaçu, sete Credegas [Centros de Recuperação de Dependentes Químicos], a duplicação da GO-070 de Inhumas até a cidade de Goiás, a reforma do Autódromo, grande parte do Centro de Excelência, o aeroporto de cargas de Anápolis e o Centro de Convenções de Anápolis. Portanto, dez grandes obras que não estavam contempladas nos R\$ 4,5 bilhões de financiamento. Era preciso gerar recursos para esses investimentos.



“O GOVERNADOR MARCONI PERILLO TEM VERDADEIRA FIXAÇÃO PELO PAGAMENTO DA FOLHA EM DIA”

Ao me entregar a Sefaz, Simão Cirineu tinha cumprido uma missão, mas eu já recebia outra, totalmente diferente, que era exatamente a de criar recursos para manter esses pagamentos em dia. Como a arrecadação teoricamente era insuficiente, minha missão era buscar recursos extra de arrecadação. O que fiz? A Sefaz tinha uma dívida ativa de R\$ 35 bilhões quando eu assumi. Desse montante, R\$ 7 bilhões eram passíveis de recuperação. Fizemos então uma lei e a mandamos para a Assembleia, criando o Regulariza. É um programa de transigência para os devedores inadimplentes, em que basicamente é expurgado de sua dívida um percentual significativo dos juros e da correção monetária. O Regulariza é um tratamento universal, inclusive com a

observância da legislação federal, que a cada momento faz uma edição do Refiz. Com o Regulariza, nós conseguimos arrecadar mais de R\$ 1 bilhão, entre setembro de 2013 e dezembro de 2014.

Além do Regulariza, conseguimos atualizar os financiamentos que foram concedidos à Celg, e os valores de ICMS que ela devia ao Estado foram atualizados em mais de R\$ 400 milhões. Renegociamos o contrato de prestação de serviços que a Caixa tem com o Estado para efetuar a arrecadação e o pagamento da folha do funcionalismo, conseguindo o ingresso de mais R\$ 160 milhões. Então, com o R\$ 1 bilhão do Regulariza, mais o ICMS da Celg e os R\$ 160 milhões da Caixa, totalizaram-se algo em torno de R\$ 2 bilhões e tivemos o montante suficiente para o cumprimento daquelas despesas que relatei aqui e a folha foi paga rigorosamente em dia.

Euler de França Belém - É verdade que Marconi Perillo bateu na mesa, dizendo que não aceitava que fosse atrasado o pagamento do funcionalismo?

O governador tem fixação pelo pagamento da folha em dia. Ao longo de minha gestão na Sefaz, todas as vezes em que nos encontrávamos ele me indagava: “Taveira, e a folha?”. Daí eu dizia: “Reze e torça por mim” (risos). E pagamos todas rigorosamente em dia. Sei inclusive que, quando pagamos os 40% no dia 22 de dezembro de 2014, correu nas redes sociais a notícia que atrasaríamos a folha, o que, claro, não se efetivou.

Euler de França Belém - O sr. falou da missão de Simão Cirineu e da sua. E qual é a missão da secretária Ana Carla Abrão Costa na Sefaz?

A missão dela, na minha concepção, é conciliar as despesas do Estado com a capacidade que o Estado tem de pagar. A missão de Ana Carla Abrão é diferente da de Simão e diferente da minha. Trata-se de uma nova missão.

Euler de França Belém - Ela tem falado em arrumar novos recursos. Mas como?

Ela tem alternativas. Eu poderia declinar algumas: tem a possibilidade de vender os recursos hídricos do Estado, que são as áreas ocupadas por lençóis d'água e que o sistema financeiro compra para posteriormente parcelar. Isso é feito habitualmente pelas 27 unidades da Federação. Há também a alternativa de perseguir, com muita força, a recuperação da dívida ativa do Estado. São duas alternativas factíveis e possíveis.

Deixei implantado na Secretaria um programa chamado Nota Goiana. A Nota Goiana é um programa que, primeiramente, é de cidadania e, em segundo lugar, de proteção ao consumidor. Seu terceiro objetivo, implícito, é o de aumentar a arrecadação. É óbvio que este é um dos três grandes objetivos do programa. Esse programa vai propiciar um aumento mínimo de 10% na arrecadação, na opinião deste ex-secretário da Fazenda aqui entrevistado.

Uma quarta alternativa que a

secretaria tem é desenvolver uma política de alienação do patrimônio inservível do Estado. Eu tinha proposto ao governador Marconi — e ele tinha aceitado de pronto —, que, se eventualmente eu permanecesse à frente da Sefaz, iríamos criar uma quinta superintendência — atualmente há Tesouro, Arrecadação, Gestão e Planejamento e Contabilidade. Eu criaria a Superintendência de Desestatização. Então, mandaria um projeto para a Assembleia Legislativa para alienar os patrimônios inservíveis ao Estado e aloarmos os recursos obtidos ao Tesouro para fins de aplicação em investimentos. A mim parece que a população não aceitaria tomar esse recurso do patrimônio para aplicar no custeio da máquina.

Isso seria uma forma de Ana Carla capitalizar a secretaria para investimentos. Outra alternativa é continuar desenvolvendo uma política intensa de fiscalização, o que hoje é bem mais fácil, com todos os sistemas integrados, no sentido de fazer um crescimento da receita além da espiral inflacionária. Além de tudo isso, há sempre de ter um controle forte nas despesas do Estado, como está anunciado, em especial na qualidade dos gastos.

Marcos Nunes Carreiro - Na entrevista da Ana Carla Abrão ao Jornal Opção, ela disse que uma de suas missões é fazer os reajustes necessários, de acordo com o cenário econômico do País. O sr. acha que esses ajustes vieram na hora certa ou já deveriam ter ocorrido antes?

Vieram na hora certa, no ciclo de mudanças de governo. Embora o governador seja o mesmo, o governo é outro. Até psicologicamente, este era o momento mais adequado para fazer os ajustes.

Euler de França Belém - Joaquim Levy tem falado em endurecer o jogo com os Estados. Como o sr. vê isso?

Nos últimos anos, o governo ampliou muito as despesas com o custeio. Há estudos na Fundação Getúlio Vargas (FGV) que indicam que, se não houver uma diminuição da estrutura do governo federal, em 2021 praticamente toda a arrecadação será consumida com o pagamento da folha. Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso deixou o governo em 2002, o Brasil tinha 17 ministros. Certa feita, em uma entrevista ao programa “Roda Viva” [da TV Cultura], ele reconheceu que o custo da aprovação da reeleição pode lhe ter custado três ministérios a mais. Ele deixou claro, então, que o Brasil precisava mesmo era de apenas 14 ministros. No governo do PT, hoje, temos 39 ministérios. Então, essa máquina precisa diminuir de tamanho. Não pode o Ministério da Fazenda fazer um ajuste duro, que pode vir a comprometer o processo de desenvolvimento principalmente das regiões emergentes, à custa da manutenção de uma máquina inchada. Antes de endurecer o ajuste fiscal, o ministro da Fazenda deve diminuir a máquina, como o governador Marconi fez aqui em Goiás.